

ACESSO A SERVIÇOS EDUCACIONAIS E A LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS PRESENCIAIS NO ESTADO DE SERGIPE

Ihanmarck Damasceno dos Santos¹

RESUMO

A expansão das matrículas como resposta a demanda e percepção da educação superior como vetor de mobilidade social, contribuiu parcialmente para elevação do IDHM e redução de desigualdade de renda no País nos últimos anos. Este artigo faz uma abordagem entre o maior acesso aos serviços educacionais e a localização das instituições de ensino para este nível, a elevação da taxa de escolarização líquida e a população com 25 anos ou mais com ensino superior. A partir de uma análise documental, exploratória e quantitativa procura-se esboçar a dinâmica destas atividades intensivas em conhecimento e a oferta de vagas no ensino superior no estado de Sergipe.

Palavras-chave: Ensino Superior; Expansão das Matrículas; Serviços educacionais; Localização das IES.

ACCESS TO EDUCATIONAL SERVICES AND LOCATION OF INSTITUTIONS OF PRIVATE HIGHER EDUCATION IN SERGIPE STATE

ABSTRACT

The expansion of enrollments in response to demand and perception of higher education as social mobility vector, contributed partly to rising IDHM and income inequality reduction in the country in recent years. This article is an approach of greater access to educational services and the location of educational institutions for this level, raising the net enrollment rate and the population aged 25 or more with higher education. From a documentary, exploratory and quantitative analysis seeks to outline the dynamics of these knowledge intensive activities and the supply of places in higher education in the state of Sergipe.

Keywords: Higher education; Expansion of enrollment; Educational services; Location of IES.

JEL: I25.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros anos do século XXI ficaram marcados pelo crescimento econômico e desenvolvimento social do Brasil a partir da evolução do PIB; do IDHM dos municípios; da expressiva geração de empregos; da diminuição da desigualdade de renda e da ampliação do acesso a serviços educacionais, principalmente o ensino superior.

Neste cenário o estado de Sergipe se destaca com taxas de crescimento de diversos indicadores e aspectos sociodemográficos acima da média nacional.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/UNIFACS e Mestre em Química - UFBA. Superintendente de Relações Institucionais do Grupo Tiradentes. E-mail: ihanmarck@gmail.com



Segundo Melo (2012), em Sergipe o emprego formal cresceu a taxas superiores a média brasileira entre 2000 e 2010. O emprego com carteira assinada passou de 206.054 para 369.579, um incremento de 79% e média anual de 6,0%. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para o estado cresceu 62,9% entre 1991 e 2010, superando a média de crescimento do país que foi de 47%. O estado deixou para trás a faixa de Desenvolvimento Humano muito baixo, 0,408, alcançando a faixa de Desenvolvimento Humano médio, 0,665.

Para Damasceno (2013), o maior acesso aos serviços prestados pelas Instituições de Ensino Superior contribuiu, parcialmente, para elevação do IDH e redução da desigualdade de renda no estado de Sergipe para o período. Dentre outros motivos, os eventos podem ser explicados pela contribuição da qualificação dos trabalhadores para o mercado de trabalho, a elevação dos prêmios pagos pela educação e a redução da desigualdade educacional. Como o retorno do investimento sobre a educação é bastante elevado no País, Barbosa Filho e Pessoa (2009, p. 65), acrescenta a discussão a proposição de que a elevação da escolaridade, deve incorrer na elevação da renda *per capita* ou ainda do PIB *per capita* para região de estudo.

Entender o acesso aos serviços educacionais como fomento ao desenvolvimento dos estados, aumento da produtividade do indivíduo e, conseqüentemente, nos seus rendimentos dos indivíduos, tem como importante referência a Teoria do Capital Humano².

De maneira complementar, é preciso ter a noção de que acesso a serviços educacionais também permite o ingresso a estruturas sociais, o aumento da sociabilidade, o acesso a informações sobre oportunidades e ampliação destas. Tudo isso em um contexto em que a participação ou engajamento em grupos pode gerar resultados positivos para o indivíduo e a comunidade, concepção central da Teoria do capital Social³.

² No final dos anos 50 e início dos anos 60, estudiosos como Schultz, Becker e Mincer formularam a Teoria do Capital Humano. Para esses autores, a educação, do ponto de vista individual, deveria ser tratada como uma decisão de investimento. O indivíduo incorre em custos e auferir como benefício a elevação da renda propiciada pela maior escolaridade. Além disso, o ganho de renda individual experimentado pelo trabalhador em função de maior escolaridade representava a elevação de produtividade do trabalhador no local de trabalho (BARBOSA; PESSOA, 2009 p. 52).

³ A primeira análise sistemática contemporânea do capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1985). Para Portes (2000, p.135), Bourdieu acentua a conversibilidade das

Para os estudantes sergipanos, a percepção da educação superior como vetor de mobilidade social na primeira década do século XXI pode ser percebida pela evolução expressiva das matrículas (Tabelas 1), apresentando taxas de crescimento acima média para região Nordeste, e o incremento da população (Gráficos 1 e 2) com 25 anos ou mais que possui ensino superior completo no Estado. Destaque para concentração da população com ensino superior, 68% do total, na capital do Estado, município de Aracaju, polo de oferta de serviços e região de influência para outras cidades do entorno.

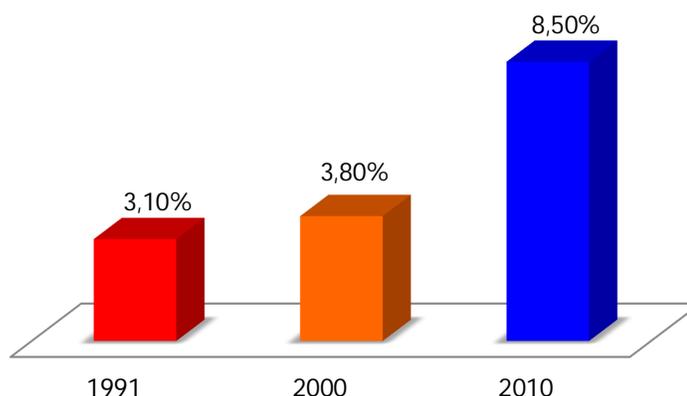
Tabela 1 - Número de matrículas em cursos de Graduação, presencial e a distância, em instituições de Educação Superior - Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

Nível Geográfico	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	2.694.245	3.030.754	3.479.913	3.887.022	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	5.080.056	5.115.896	6.379.299
Nordeste	413.709	460.315	542.409	624.692	680.029	738.262	796.140	853.319	912.693	965.502	1.136.148
<i>Sergipe</i>	19.542	22.112	24.308	27.667	31.032	34.940	38.223	41.599	43.527	46.148	64.926

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Fonte: Ministério da Educação (MEC) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

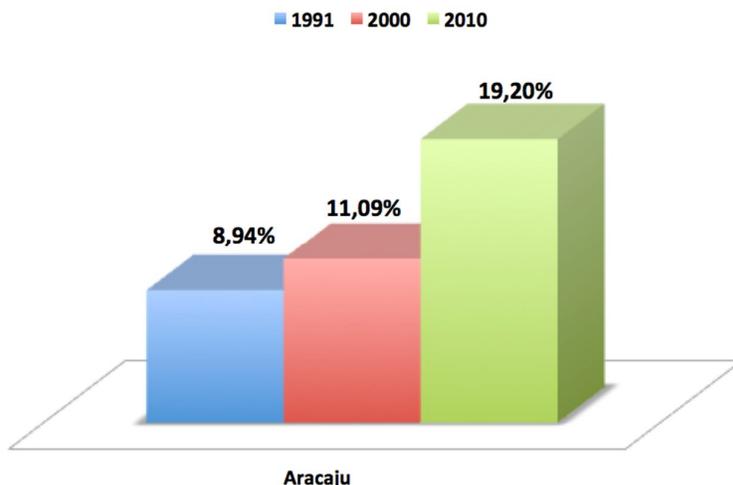
Gráfico 1 - População com 25 anos ou mais, com ensino superior completo – Sergipe – 1991/2000/2010



Fonte: PNUD e IPEA

diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas a capital econômico, definido como trabalho humano acumulado. Assim, os atores podem alcançar, através do capital social, acesso direto a recursos econômicos.

Gráfico 2 - Escolaridade da população municipal com 25 anos ou mais de idade – Aracaju/SE - 1991/2000/2010



Fonte: PNUD e IPEA

À vista disso, o texto em tela está dividido em três partes, visando descrever o acesso, a oferta e localização dos serviços educacionais para o ensino superior. Tendo como recorte espacial e temporal, o estado de Sergipe e a primeira década do século XXI, a primeira parte traz a discussão sobre o crescimento das matrículas. A segunda busca conceituar e discutir a expansão da oferta de serviços, e por último os determinantes localização (capital e interior) das IES no estado.

2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE

As Tabelas 2 e 3, e o Gráfico 1, caracterizam o *déficit* educacional no Nordeste brasileiro para primeira década do século XXI. As baixas taxas de escolarização, bruta e líquida, na educação superior, bem como o baixo percentual da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo no estado de Sergipe refletem um sistema ainda elitista⁴ e um entrave para o desenvolvimento econômico e social da região. Considera-se, também a cobrança do setor produtivo por mão de obra cada vez mais qualificada, a crescente procura por educação superior e a aspiração da população por mobilidade social por meio da educação universitária.

⁴ Para Trow (1973), existem três modelos de ensino superior de *elite*, de *massas* e *universal* da seguinte forma: os sistemas de *elite* são aqueles que integram até 15% da coorte da idade em consideração – entre os 18 e os 24 anos; sistemas de *massas* são aqueles que integram entre 15% e 40% da coorte de idade; e sistemas *universais* aqueles que integram mais de 40% dessa população.

Tabela 2 - Taxa de Escolarização Bruta⁵ na Educação Superior - Brasil, Nordeste, Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	15,1	16,6	18,6	18,6	19,9	22,6	24,3	25,5	26,7
Nordeste	9,1	9,5	10,9	11,1	11,9	14,3	15,9	16,9	18,4
Sergipe	8,75	8,95	10,17	11,56	12,44	13,48	14,29	15,3	15,93

Fonte: IBGE/Pnad; MEC/Inep; elaboração própria

Tabela 3 - Taxa de Escolarização Líquida⁶ na Educação Superior – Brasil, Nordeste, Sergipe (2000/2009)

Nível Geográfico	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	8,90%	9,80%	10,60%	10,50%	11,20%	12,60%	13,10%	13,70%	14,40%
Nordeste	5,10%	5,10%	5,80%	5,90%	6,10%	7,10%	7,70%	8,30%	9,40%
Sergipe	6,07%	5,52%	6,63%	7,75%	8,84%	10,26%	9,99%	13,48%	14,90%

Fonte: IBGE/Pnad; MEC/Inep; elaboração própria.

Entretanto, é importante reconhecer que nos últimos anos, o debate sobre o financiamento e o acesso ao ensino superior ganha espaço no País. Tem como resultado a implementação de políticas direcionadas para expansão das matrículas e democratização do acesso a este nível de ensino, com destaque para a atuação necessária da iniciativa privada, enquanto vetor complementar ao sistema público na oferta de serviços, estimulando o crescimento das matrículas.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, verifica-se a diversificação do sistema de ensino superior, tipos de IES e cursos, tornando a prestação de serviços relacionados ao ensino superior livre à iniciativa privada. Em 2004, com a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI, observa-se inclusão social dos estudantes carentes por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior. E em 2010, o FIES, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, passa por profunda reformulação subsidiando os juros.

A crescente procura do mercado por profissionais com educação superior, a qualificação enquanto permanência e inserção no mundo do trabalho, somadas às

⁵ Taxa de escolarização bruta consiste em um indicador que permite comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária teoricamente adequada a esse nível.

⁶ A taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população matriculada em determinado nível de ensino na faixa etária teoricamente adequada em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino (Brasil, INEP, 2010).

políticas implementadas, teve como resposta o crescimento do número de matrículas no início deste século. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de 2000 a 2010, o número de matrículas no ensino superior brasileiro cresceu 136,78%, chegando aproximadamente a 6,4 milhões de matrículas (Tabela 1).

A Tabela 1 apresenta para o estado de Sergipe um crescimento de 232,24%, bem superior a média brasileira e da Região Nordeste que foi de 174,62%. Seguindo tendência nacional, a expansão das matrículas no ensino superior em Sergipe surge como resposta a uma demanda por serviços educacionais para este nível de ensino e indução existente suportada pelo crescimento do número de Instituições de Educação Superior (IES) privadas.

Para Sampaio (2000, p. 20), a posição relevante do ensino superior privado no sistema se dá pela maior intensidade e velocidade que o setor público, e foi construída por duas demandas que se complementam: a demanda da população por ensino superior até então extremamente reprimida e pela demanda do mercado de trabalho por pessoas com diploma de nível superior. Embora, o serviço público de ensino superior também tenha crescido não se orientou necessariamente para o atendimento a demanda de massa.

3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O CRESCIMENTO DA OFERTA NO ESTADO DE SERGIPE

A participação do setor de serviços da economia brasileira tem evoluído de maneira consistente nos últimos anos e, particularmente, para o segmento de serviços educacionais com destaque para o ensino superior privado. Embora o termo serviços seja amplamente utilizado por diversos setores, o termo na maioria das vezes não é bem definido ou compreendido, destacando a importância da conceituação enquanto atividade econômica.

Seja numa visão clássica ou moderna, diversos autores como Smith, Marx, Say e Keynes, a partir da análise das características, já debateram e conceituaram as atividades relacionadas aos serviços. Para os clássicos tendo como fundamento discussões acerca da natureza produtiva e da geração de valor na economia, as atividades de serviços já foram consideradas improdutivas ou de baixa rentabilidade. Tem-se por base a ausência de materialidade do produto (SMITH, 1776), ou pelo

contrário, num avanço a teoria de Smith, consideradas produtivas não importando a falta de base material sob uma ótica da condição de geração de mais-valia quando analisada a contribuição para construção de um excedente na economia (Marx 1867).

Na visão utilitarista (SAY, 1803), as atividades relacionadas aos serviços são consideradas produtivas desde que tenham utilidade, enquanto benefícios para os usuários, numa perspectiva de que mesmo intangível são geradoras de utilidade e, portanto, de riquezas. Esta última, uma importante contribuição para o entendimento da possibilidade real de geração de riqueza também a partir da incorporação do trabalho humano, e não apenas da terra. Na educação, por exemplo, a atividade deve ser considerada produtiva na medida em que a utilidade gerada em incorporada na fabricação de produtos, que por sua vez, se incorporam no valor gerado para o país (MILL, 1848).

Com a modernização da economia global, e maior clareza das características que diferenciam os serviços de outras atividades econômicas, a exemplo do uso intensivo de recursos humanos e da informação, da heterogeneidade da oferta, simultaneidade entre oferta do serviço e consumo, as classificações e definições teóricas ganham relevância e se evoluíram no tempo. Na visão de Keynes (1983), toda atividade que tenha um retorno monetário é definida como útil e produtiva. Já Schumpeter (1983), considera que os serviços são complementares e importantes para o consumo, objetivo principal da produção e de qualquer atividade produtiva.

Para alguns autores, a questão fundamental transita na discussão de que os serviços devem ser medidos como processo e não como produtos, dentro da diferença fundamental que existe entre serviço, um bem ou produto. Segundo Kotler e Bloom (1984), serviço é toda atividade que uma parte possa ofertar à outra que seja primordialmente intangível e que não se transforme em propriedade de alguma coisa. Sua geração pode estar ou não relacionada a um produto físico. Silva e Meirelles (2006), afirmam que Serviço é trabalho em processo, e não o resultado da ação do trabalho, razão elementar pela qual não se produz um serviço, e sim se presta um serviço. O entendimento deste autor, é de que esta última definição em tela é a que melhor representa os serviços relacionados pela oferta de educação superior, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à classificação das atividades de ensino, e com uso mais frequente pela compatibilização internacional, considerando as categorias de empresas de serviços classificadas pela ONU (1968), a maioria dos países, seguindo a classificação definida pela Standard Industrial Classification - ISIC, definem as atividades relacionadas ao ensino como serviços ao consumidor. Contudo, pela atuação ampla, os serviços prestados pelas Instituições de educação superior, dentro dos sistemas de classificação existentes, enquanto funções, produção e consumo podem apresentar diferentes tipologias (Quadro 1).

Quadro 1 – Tipologias sobre atividades de serviços relacionados à educação

Base da Classificação	Autor	Tipologia
Função	Foot e Hatt (1953)	Quinário
	ONU (1968)	Serviços comunitários, sociais e pessoais
	Katouzian (1970)	Serviços novos
	Browning e Singleman (1975)	Serviços sociais
	Departamento de Comércio dos Estados Unidos (U.S. Census Bureau) (1984)	Serviços pessoais e às empresas
	IBGE (2014)	Serviços prestados às famílias.
Produção	Fischer-Clark (1935/40)	Terciário
	Banco Mundial (1980)	Terciário
Consumo	Singer (1981)	De consumo coletivo
		De consumo individual

Fonte: KON, Anita (2004). Elaboração própria.

Outras abordagens classificam o ensino como *serviços de trabalho* por serem produzidos exclusivamente pelo fator trabalho e entregues diretamente aos clientes finais (WALKER, 1985), ou dentro de uma visão mais moderna num sistema de interação permanente entre oferta e demanda, seja pela ocupação ou papel funcional, como serviços distribuidores de informação (HEPWORTH, 1989) (BAILY, 1991).

Em Sergipe, a ampliação do acesso a serviços de educação superior representou um importante passo para população e famílias sergipanas. A partir do aumento do número de IES (Tabela 4), da diversificação dos cursos e possibilidades

da formação de capital humano e social, multiplicando por quatro o número de vagas anuais, fazendo com que as matrículas evoluíssem de maneira expressiva entre 2000 e 2010.

Tabela 4 - Número de instituições de Educação Superior Presenciais, por organização acadêmica - Sergipe - 2000-2010

Organização Acadêmica	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Pública	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Universidades</i>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Faculdades, Escolas e Institutos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>IF e CEFET</i>	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1
Privada	4	4	5	7	9	10	11	11	12	13	13
<i>Universidades</i>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Faculdades, Escolas e Institutos</i>	3	3	4	6	8	9	10	10	11	12	12
Total	5	5	6	9	11	12	13	13	14	15	15

Fonte: MEC e INEP

A Tabela 4 descreve o aumento do número de IES com sede em Sergipe entre os anos de 2000 a 2010. Observa-se entre 2002 e 2006 uma taxa de crescimento anual expressiva do número de instituições, liderada pela iniciativa privada, fato que não se verifica em outro momento do período considerado nesta pesquisa. Constata-se a partir de 2007 uma desaceleração na evolução do número de IES com sede no Estado. Cabe destacar que estes dados não contemplam a presença das IES que possuem sede em outros estados e que ofertam educação a distância em municípios sergipanos.

As Tabelas 5 e 6, apresentam a consequência do crescimento, apresentado na análise anterior da evolução do número de IES. Com o crescimento do número de IES no estado de Sergipe, a oferta do número de cursos cresce 73.9%, enquanto o de vagas aumenta 290.5%, no período analisado.

Tabela 5 - Número de cursos de graduação presencial – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010.

Nível Geográfico	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	10.585	12.155	14.399	16.453	18.644	20.407	22.101	23.488	24.719	27.827	28.577
Nordeste	1.662	1.978	2.514	2.927	3.318	3.560	3.944	3.963	4.215	4.655	4.894
Sergipe	134	138	144	141	149	160	183	206	195	223	233

Fonte: MEC e INEP

Tabela 6: Número de vagas oferecidas por instituições de Educação Superior – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

Nível Geográfico	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	1.100.224	1.408.492	1.773.087	2.002.733	2.320.421	2.435.987	2.629.598	2.823.942	2.985.137	3.164.679	3.120.192
Nordeste	139.943	176.512	240.333	277.540	321.929	334.897	358.428	393.690	428.754	472.189	500.771
Sergipe	6.055	6.862	8.730	9.560	12.064	13.737	15.692	15.545	19.256	19.904	23.645

Fonte: MEC e INEP

Além do crescimento das matrículas, intensiva em mão de obra qualificada, as atividades de serviços voltados para educação superior contribuem também, no período analisado (Tabela 7), para geração de empregos. O número de docentes e técnicos-administrativos no estado de Sergipe cresce entre 2000 e 2010, aproximadamente 140%, bem acima da média Nordeste e Brasil, que cresceram 121.9% e 81.1%, respectivamente.

Tabela 7 - Número total de funções docentes e de funcionários técnicos-administrativos – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	Total	400600	425987	467546	513272	553884	578042	603284	628178	644668	712864	725485
	Professores	197712	219947	242475	268816	293242	305960	316882	334688	338890	359089	366882
	Técnicos-administrativos	202888	206040	225071	244456	260642	272082	286402	293490	305778	353775	358603
Nordeste	Total	63944	64770	74820	81667	90733	99948	103848	113622	119010	133258	141900
	Professores	30981	34006	37988	43393	48822	53636	56059	62190	65127	70089	74886
	Técnicos-administrativos	32963	30764	36832	38274	41911	46312	47789	51432	53883	63169	67014
Sergipe	Total	2257	2508	2625	3105	2986	3282	3311	3834	4136	4959	5411
	Professores	1025	1311	1358	1433	1620	1864	1945	2254	2601	2767	2835
	Técnicos-administrativos	1232	1197	1267	1672	1366	1418	1366	1580	1535	2192	2576

Fonte: MEC e INEP

Ainda assim, e embora tenha-se observado a expansão no atendimento, na oferta de serviços educacionais para o nível superior e na geração de empregos para o setor especificamente, a Tabela 2 lembra que o estado não conseguiu cumprir a meta do o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei Nº 10.172 de 09.01.2001, de atender até o final da primeira década do século XXI, a oferta de educação superior para pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos.

4 LOCALIZAÇÃO DAS IES PRIVADAS NO ESTADO DE SERGIPE

Diante do necessário atendimento a expansão das matrículas e da oferta de serviços para o ensino superior no estado de Sergipe, e dos dados apresentados na Tabela 4 aqui já discutidos, onde 13 das 15 IES são particulares, entende-se que a distribuição espacial das instituições, e consequentemente, das oferta de vagas no

Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 969 – 987.

estado, pode se constituir num elemento fundamental enquanto diretriz para ação de políticas públicas e também direcionamento dos investimentos a serem realizados pela iniciativa privada de forma complementar ao sistema de serviços públicos.

Em 2010, a iniciativa privada era responsável pela oferta de 18.105 (76,6%) vagas das IES no estado de Sergipe, embora represente apenas 50,6% do total de cursos oferecidos. Destaque para participação nas matrículas no ensino privado presencial do município de Aracaju com 86,9% do total de estudantes, fato que pode ser justificado (Tabela 7), pela concentração da localização das IES, e pela oferta de serviços educacionais, na capital do Estado. Um comportamento distinto, no tocante a distribuição espacial das IES, quando comparado a região Nordeste ou o Brasil.

Tabela 7 - Número total de instituições de Educação Superior, por localização (capital e interior) – Brasil, Nordeste, Sergipe - 2000-2010

Item Geográfico	2000			2001			2002			2003			2004		
	Localização			Localização			Localização			Localização			Localização		
	Total	Capital	Interior												
Brasil	1.180	435	745	1.391	510	881	1.637	592	1.045	1.859	665	1.194	2.013	719	1.294
Nordeste	157	90	67	211	118	93	256	139	117	304	166	138	344	188	156
Sergipe	5	4	1	5	4	1	6	5	1	9	8	1	11	10	1

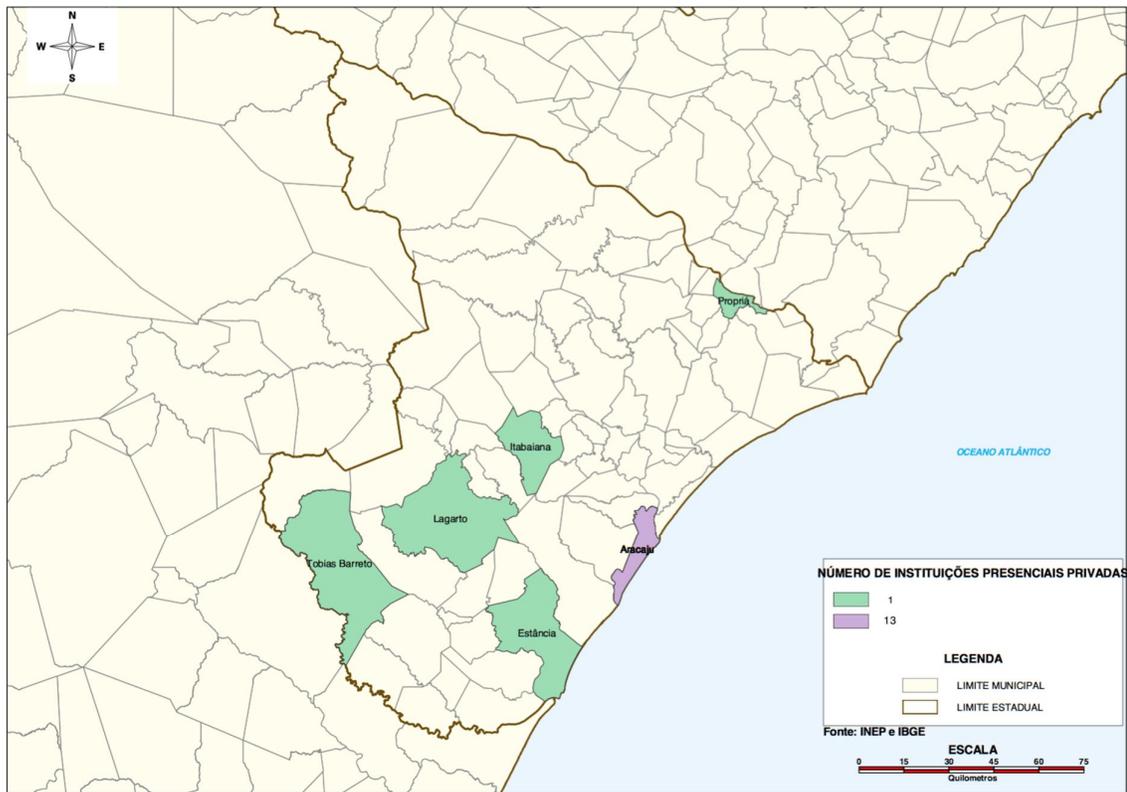
Item Geográfico	2005			2006			2007			2008			2010		
	Localização			Localização			Localização			Localização			Localização		
	Total	Capital	Interior												
Brasil	2.165	769	1.396	2.270	811	1.459	2.281	825	1.456	2.252	811	1.441	2.378	826	1.552
Nordeste	388	202	186	412	213	199	422	218	204	432	224	208	433	224	209
Sergipe	12	10	2	14	12	2	13	11	2	14	12	2	15	13	2

Fonte: MEC e INEP

A comparação entre capital e interior mostra que o padrão de localização das IES privadas (Mapa 1), principalmente na capital do menor estado brasileiro, responde a frequência da demanda (Mapas 2, 3 e 4) das pessoas por serviços voltados para educação superior, observado os dados de bolsistas no PROUNI, contratos celebrados com o FIES e inscritos no SISU. Serviços educacionais de uso mais raro acabam por ter alcance espacial maiores, localizando-se desta forma em centros urbanos de maior hierarquia. A proposição tem como suporte conceitual a teoria das localidades centrais (CHRISTALLER, 1966). Desta forma, o município de Aracaju, pela proximidade dos demais municípios do estado de Sergipe, presente no terceiro nível de centralidade hierárquica para capitais brasileiras, considerados fatores de diferenciação o número de cursos de graduação e pós-graduação *stricto*

sensu (IBGE/REGIC, 2008), ocupa o papel de distribuição de serviços para este nível de ensino exercendo atração de estudantes do interior do estado e municípios da fronteira.

Mapa 1 - Densidade dos endereços de funcionamento da IES, modalidade presencial – Sergipe – 2010

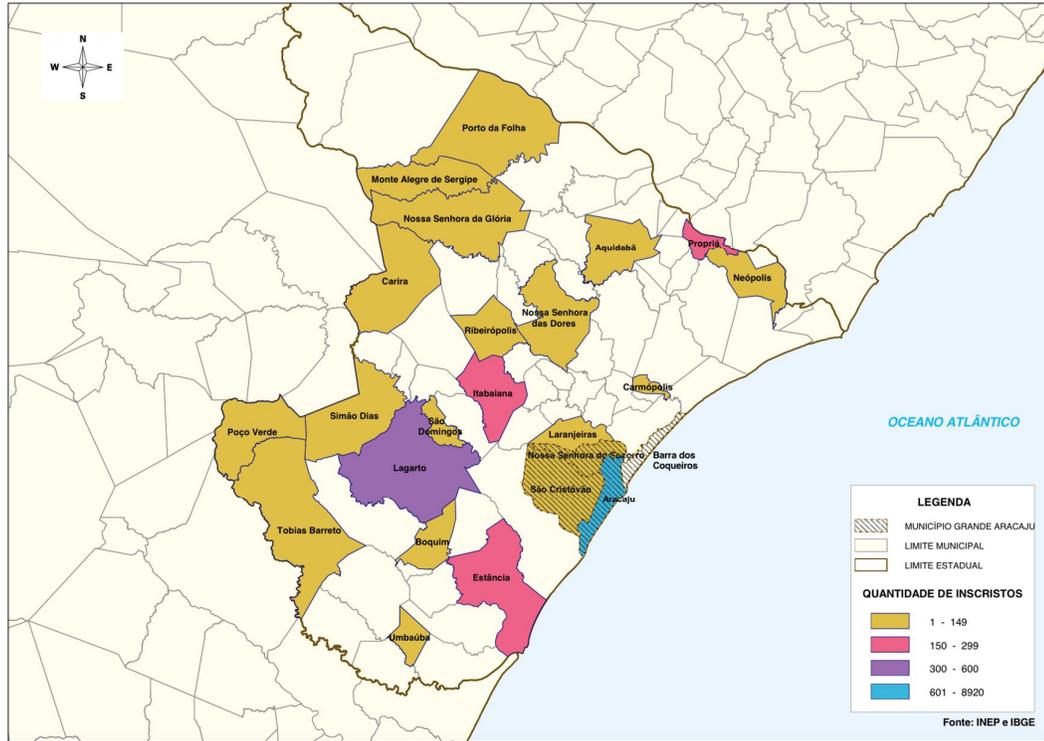


Fonte: IBGE, INEP e e-MEC. Elaboração própria⁷⁸.

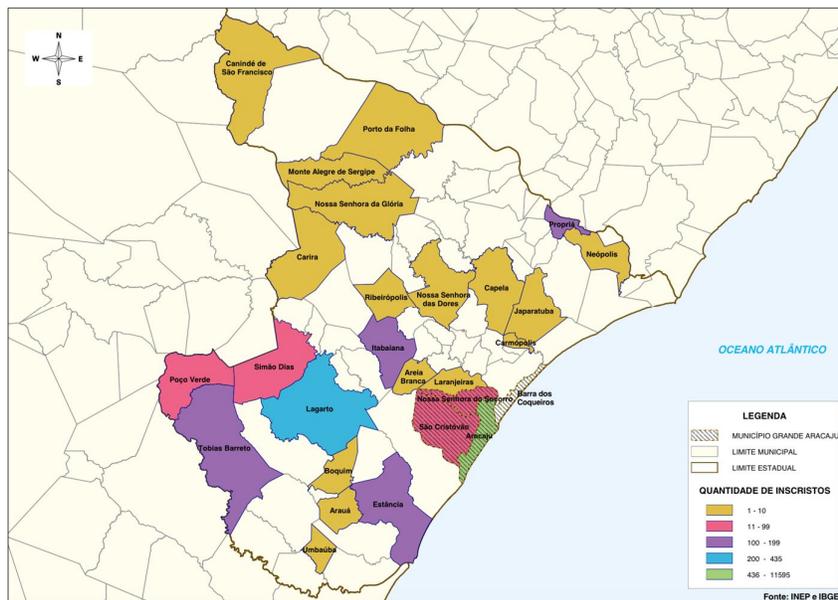
⁷ Por meio do uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), realizamos o mapeamento das instituições de ensino superior presenciais no estado de Sergipe considerando a concentração das IES. O método empregado considerou informações levantadas junto ao INEP, IBGE, PNUD e banco de dados disponibilizados no site do Ministério da Educação – MEC, adotamos como fonte de endereço de funcionamento das IES a página eletrônica do sistema e-MEC. Com base na estrutura de dados espaciais municipais do IBGE, e utilizando o sistema ArcGis, produziu-se mapas de distribuição e densidade.

⁸ O sistema e-MEC (emec.mec.gov.br) foi instituído pela Portaria Normativa MEC Nº 40, de dezembro de 2007. É um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro de Instituições e Cursos Superiores.

Mapa 2 - Distribuição espacial do total de bolsas PROUNI concedidas – Sergipe 2005 - 2010



Mapa 3 - Distribuição espacial dos contratos FIES assinados Sergipe – 2004 - 2013



Fonte: IBGE, INEP e e-MEC. Elaboração própria.

O Mapa 1 retrata a existência de três *campi* fora de sede de uma universidade particular que possui sede na Capital. Encontra-se presente também nos municípios

de Estância, Itabaiana e Propriá. Além disso, a presença de duas faculdades no municípios de Lagarto e Tobias Barreto. A localização destas IES no interior traduzem a oferta de cursos com menor relevância e que apresentam um mercado mínimo para oferta mas alcance espacial reduzido quando ofertado apenas na capital. A análise dos mapas 2 e 3 permitem observar a importância locacional deste cinco municípios para implantação de IES. Ainda assim, cabe destacar que em 2010 dos 118 cursos oferecidos pelas IES privadas 99 estavam presentes na capital e 19 no interior.

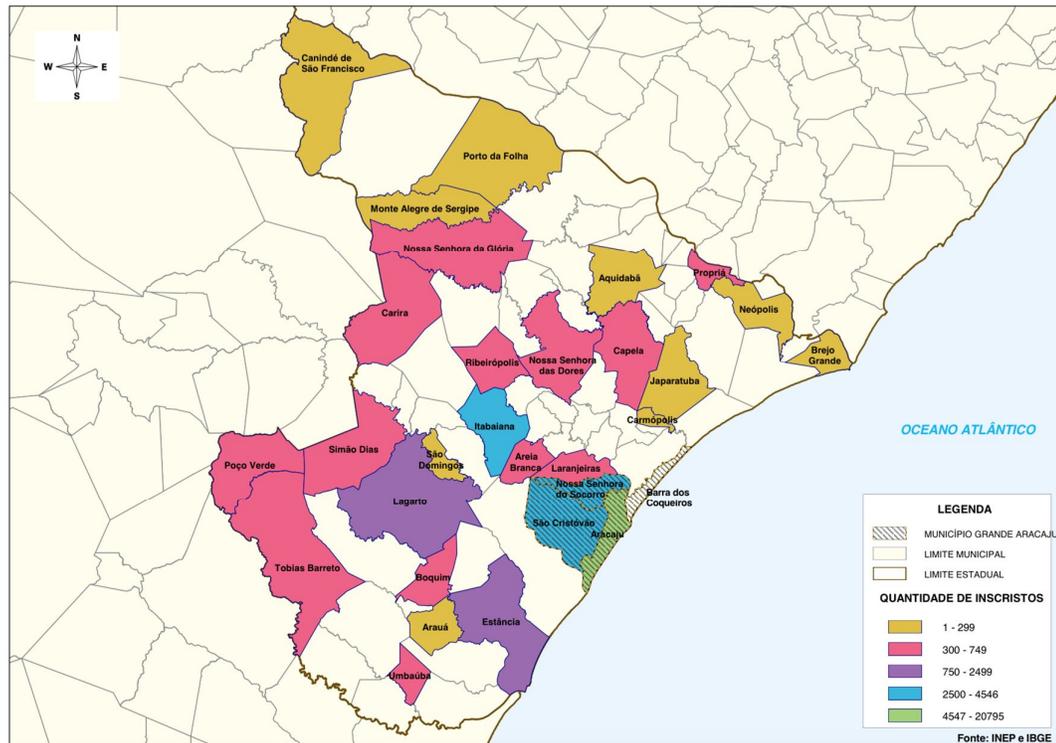
O Mapa 2 reforça esta concepção a partir da observação de que 79,72% das bolsas PROUNI distribuídas para estudantes carentes cursarem o ensino superior em IES privadas no período de 2005 a 2010 concentraram-se na Capital. O Mapa 3, apresenta a mesma tendência com 89,45% dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior assinados no município de Aracaju, no período de 2004 a 2013.

Ratifica-se a análise da concentração, a observação do Mapa 4, que apresenta a distribuição espacial dos candidatos inscritos no SISU⁹ 2014 por município de origem no Estado de Sergipe, com destaque para região metropolitana de Aracaju e o municípios do interior já citados no texto.

De outra maneira, e por uma ótica complementar, considerando que os serviços de educação superior pertencem a um sistema que nem sempre responde ao modelo de localização regional pela minimização dos custos de transportes ou acesso aos mercados, bem como por apresentarem características de atividades intensivas em conhecimento, justifica-se a concentração das IES presenciais na capital sergipana por meio da formulação do modelo Coffey-Polése (POLÉSE, MOROLLÓN, 2009). Este modelo define como principais recursos para orientação da localização de serviços com uso intensivo de conhecimento, fontes de mão de obra especializada e acesso a serviços especializados (informação) enquanto meios.

⁹ O SISU foi criado pela Portaria Normativa MEC Nº 21, de 05 de novembro de 2012, sendo um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Mapa 4 - Quantidade de inscritos no SISU por município de origem Sergipe – 2014



Fonte: IBGE, INEP e e-MEC. Elaboração própria.

A Constituição¹⁰ estabelece que o ensino superior é livre a iniciativa privada desde que atenda aos padrões de qualidade estabelecidos pelo poder público. Dentre eles, a maior exigência, para funcionamento e avaliação de qualidade, está relacionada à presença de professores mestres e doutores e a presença destes para o desenvolvimento de pesquisas, dependendo do tipo de organização acadêmica. De difícil substituição, atração ou mobilidade, a disponibilidade de profissionais ou o locus de formação de mestres e doutores define a atratividade locacional para o funcionamento de instituições de ensino superior.

Com uma distribuição de programas de pós-graduação *stricto sensu* pequena no estado e restrita à região metropolitana de Aracaju (Figuras 1 e 2), fontes de profissionais com mestrado e doutorado, a localização concentrada das IES privadas na capital sergipana acaba sendo determinada por este fator.

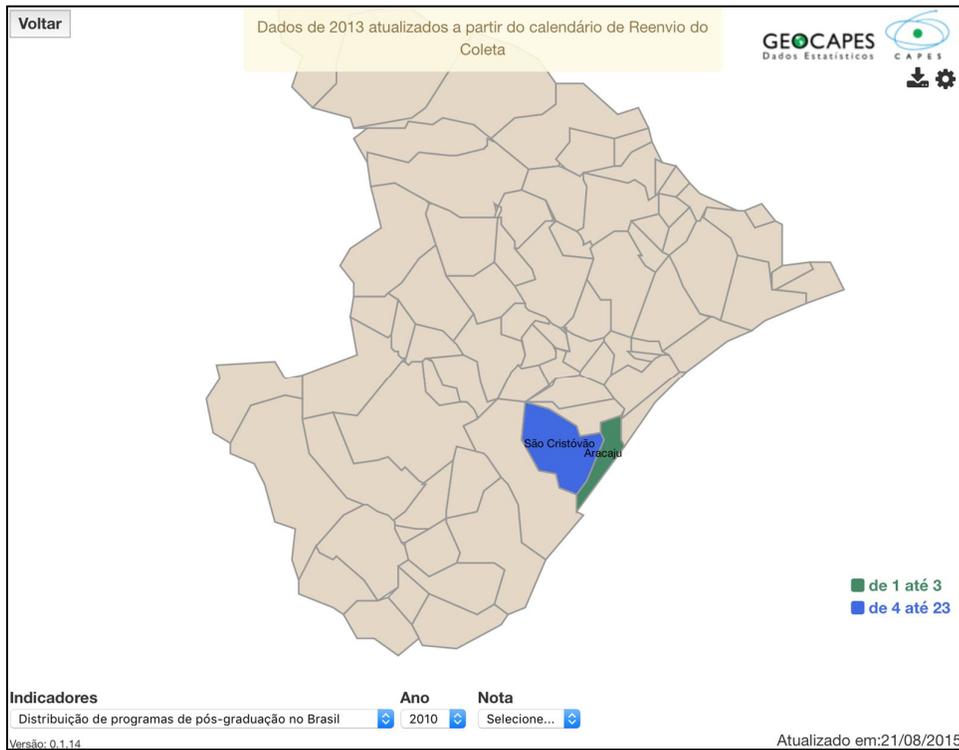
¹⁰ A Constituição Federal de 1988. Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade do poder público.

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil, 2010



Fonte: GEOCAPES. <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

Figura 2 - Distribuição de Programas de Pós-graduação em Sergipe, 2010.



Fonte: GEOCAPES. <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do processo de expansão da oferta de serviços e das matrículas no ensino superior e a correlação com a localização das IES numa dada região de estudo, demonstrou ser um estratégia eficaz no entendimento da dinâmica da oferta de cursos e vagas no ensino superior, bem como da identificação de oportunidades pela iniciativa privada e a definição de política públicas para atendimento a áreas. A partir do recorte espacial no estado de Sergipe, o presente artigo, caracterizou o cenário da expansão do setor de educação superior do Estado nos primeiros 10 anos do século XXI.

Conclui-se de imediato que, embora o estado tenha apresentado uma relevante evolução na oferta de serviços educacionais (intensivos em conhecimento), da taxa de escolarização líquida e da população com ensino superior no estado, a região apresenta uma distribuição espacial das IES, e por conseguinte da oferta de vagas, que ocorre de forma heterogênea.

As matrículas e o estabelecimento das IES apresentam uma relação de dependência com fontes especializadas de mão de obra com a Região Metropolitana, existindo uma concentração da oferta e da demanda nas regiões mais próximas ou entorno da capital Aracaju. A correlação pode ser identificada dos mapas temáticos de distribuição das IES, da quantidade de bolsas ofertadas pelo PROUNI, do total de contratos firmados pelo FIES e a demanda por serviços voltados para o ensino superior apresentada pelo inscritos no SISU 2014.

Embora a elaboração de mapas temáticos a partir de bases cartográficas digitais utilizando a base de dados do Ministério da Educação tenha permitido a espacialização do fenômeno de expansão do ensino superior no estado de Sergipe, é relevante citar que este estudo não avaliou os impactos relacionados pelas matrículas no ensino médio ou renda população dos municípios estudados.

Desta forma, ressalta-se que, este artigo é um produto parcial de um estudo que busca não apenas verticalizar a discussão, mas que visa, também, estabelecer diálogos para que novos olhares se direcionem para o tema em questão.

REFERÊNCIAS

BAILY, A.S. **Services activities and regional metropolitan development: a comparative study.** Daniel P.W. (Ed.) Services and Metropolitan Development, Routledge, Nova York, 1991.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Educação, crescimento e Distribuição de Renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica. In. BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. **Educação Básica no Brasil: Construindo o país do futuro / organizadores, Fernando Veloso et al.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 51 – 72.

BOURDIEU, P. **Capital Cultural, Escuela y Espaço Social.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BOURDIEU, P; RICHARDSON, J. G. (Org.). **The forms of capital.** Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, Nova Iorque, Greenwood, 1985, p. 241-258.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

DAMASCENO, Ihanmarck. Ensino Superior e desenvolvimento regional de Sergipe: taxa de escolarização e prêmio pago pelo nível de instrução (2000-2009). **Revista Interfaces Científicas Humanas e Sociais**, v. 1, p. 97-106, 2013.

HEPWORTH, M. **Geography of Information Economy.** Belhaven Press, Londres, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 25 nov. 2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008. 201p.

INEP. **Resumo Técnico.** Censo da Educação Superior 2009. Brasília. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf> Acesso em: 15 nov. 2012.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KON, Anita. **Economia de Serviços: teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, P.; BLOOM, P. N. **Marketing para serviços profissionais.** São Paulo: Atlas, 1984.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

MELO, R.O.L. **A geração de emprego em Sergipe na primeira década do novo século.** Disponível em:
<<http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com.br/2011/05/geracao-de-emprego-em-sergipe-na.html>> Acesso em: 25 nov. 2012.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política.** São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

POLÈSE, Mario. MOROLLÓN, Fernando. **Economía urbana y regional:** introducción a la Geografía Económica. Cizur Menor, Navarra (ES): Thomson Reuters, 2009.

PORTES, A. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. **Sociologias, Problemas e Práticas**, n. 33, 2000, p. 133-158.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O ensino Superior no Brasil:** o setor privado. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2000.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHULTZ, Theodore. **O Capital humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Schultz, T. W. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, n. 51, p. 25- 43, 1961.

SCHUMPETER, Josef Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Abril Cultural, São Paulo, 1983.

SILVA e MEIRELLES, D. O Conceito de Serviço. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 119-136, jan./mar. 2006.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações.** Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

TROW, Martin. **Problems in the transition from elite to mass higher education.** Berkeley, CA. Carnegie Commission of Higher Education, 1973.

WALKER, Richard A. Is There a Service Economy? The change capitalist division of labor. **Em Science and Society**, v. 49, n. 1, p. 42-83, 1985.